

A maior floresta tropical do mundo

A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta. Nela, caberia toda a Europa Ocidental. A floresta cobre dois quintos da América do Sul e mais da metade da área do Brasil. Por isso, preservá-la e adotar programas de desenvolvimento sustentável tem sido um desafio permanente e está se tornando uma das prioridades do governo federal.

As árvores foram a primeira riqueza do país a ser devastada, já na colonização. Da área coberta pela mata Atlântica nativa na época do descobrimento, restam cerca de 5%.

No século XX, o desmatamento se acentuou a partir dos anos 1920. Com o aumento da imigração e com a expansão agrícola, particularmente das plantações de café, foram devastados os pinheirais do Sul e as imensas florestas de peroba do Paraná, além de o desmatamento ter se expandido para a região Meio-Oeste, atingindo os cerrados.

Nas décadas de 1980 e 1990, o avanço chegou à Amazônia, facilitado pela abertura de grandes estradas de integração dentro dos planos de desenvolvimento regional. Como resultado do acesso facilitado, a quantidade de madeira da floresta Amazônica usada no Brasil passou de 14% para 85%.

No mesmo período, cresceram as derrubadas e os incêndios para a formação de pasto. Além disso, aumentou a exploração seletiva de árvores nobres, como o pau-rosa e o mogno.

Os números

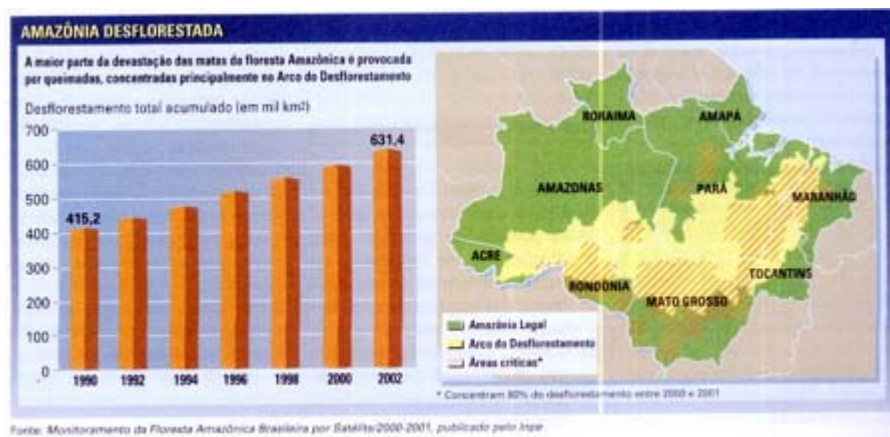
No Brasil, de acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 1992-2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desmatamento na Amazônia aumentou 34% nesse período. A área desmatada, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), passou de 18.166 para 25.476 quilômetros quadrados entre 2001 e 2002, um aumento de 40%. Os novos números, apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente, contradizem dados anteriores que levaram governo e ambientalistas a comemorar uma tendência de queda em 2002.



*Média do biênio **Estimativa. Fonte: Inpe

Mesmo assim, o Brasil ainda mantém 85% da maior floresta tropical do mundo, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dentre os nove estados brasileiros que compõem a Amazônia, os mais atingidos são Mato Grosso, Rondônia, Pará e Maranhão. Eles fazem parte do Arco do Desflorestamento, uma faixa contínua que, segundo o Ibama, já atingiu uma área de 1,7 milhão de quilômetros quadrados. No Pará, estado com a maior área desmatada, a floresta vem sendo derrubada em toda a extensão da rodovia PA-150, de onde são extraídas madeiras nobres, principalmente o mogno. A retirada de 80% da madeira amazônica é feita ilegalmente, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente.



Novas leis

As leis brasileiras definem como desmatamento a retirada de qualquer vegetação nativa, sejam árvores ou não, para outro uso do solo. Na Amazônia, qualquer desmatamento acima de 3 hectares/ano não pode ser feito sem solicitação prévia ao Ibama, incluindo inventário florestal e vistoria. Para coibir o desmatamento ilegal, o governo reformulou e regulamentou, em 1999, a Lei de Crimes Ambientais. Ela multiplicou por cerca de 10 mil o valor da maior multa (agora de 50 milhões de reais) e fixou em 80% a reserva legal de mata nativa na Amazônia.

Mesmo depois da adoção de critérios mais rígidos para a autorização de desmatamento, a ocupação da Amazônia continua a avançar, em razão do crescimento da população e das atividades econômicas em áreas fronteiriças.

Projeto Sivam

Em 2002, o Brasil finalizou e divulgou sua Agenda 21, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, realizada em Johannesburgo, na África do Sul. No documento, o Brasil define 21 propostas para nosso desenvolvimento sustentável, uma das quais estabelece a implantação de corredores de biodiversidade (-áreas que unem várias unidades de conservação) em todos os ambientes naturais do país.

Para monitorar a Amazônia, o governo iniciou, em 2002, as atividades do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), com a inauguração das centrais regionais de vigilância de Manaus e Porto Velho.

A inauguração da central de Belém estava prevista para meados de 2003. A um custo de 1,4 bilhão de dólares, quase todo o sistema já está instalado e deve ser concluído até 2004, com o apoio de cinco satélites, 25 radares, 33 aviões e mais de 2,1 mil funcionários civis e militares. As informações coletadas servirão para o controle e a fiscalização das terras indígenas, das reservas ecológicas, do contrabando de madeira, queimadas, tráfico de drogas e biopirataria. Cercado de controvérsias, o Sivam recebeu em sua fase de licitação denúncias de tráfico de influência. Uma CPI instalada pelo Congresso não confirmou as acusações.

Roubo de mogno

Na década de 1990, madeireiras internacionais da Indonésia, Malásia, China e Japão instalaram-se na Amazônia para retirar, ilegalmente, milhões de metros cúbicos de mogno. Da região conhecida como Terra do Meio, localizada entre o rio Xingu e o Tapajós, no estado do Pará, calcula-se que saiam 85% das toras de mogno extraídas ilegalmente do Brasil.

O comércio dessa madeira está proibido no país desde 1996. Em novembro de 2002, o mogno foi incluído no Anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites). Esse anexo exige um atestado, emitido por autoridade científica reconhecida pelo governo, de que a exploração não colocou a espécie em risco de extinção. Atendendo à nova normalização da Cites, o governo federal criou a Lei 4.722, em 6 de junho de 2003, Dia Mundial do Meio Ambiente. Ela proíbe o corte de árvores de mogno em todo o país, por cinco anos, mesmo em áreas com desmatamento autorizado pelo Ibama. Encerrado esse prazo, o corte de mogno está condicionado a planos de manejo sustentável, com o plantio de mudas de reposição, e toda a sua exportação terá de ser certificada